

PRESS MONITORING

dores do MP concentraram-se ainda, durante a hora de almoço, no Campus da Justiça, em Lisboa. Aos procuradores juntaram-se outros profissionais e representantes do mundo jurídico: o Sindicato dos Funcionários Judiciais (SFJ), dos Oficiais de Justiça (SOJ) e da Associação Sindical dos Funcionários de Investigação Criminal (ASFC) da Polícia Judiciária (PJ).

Durante a concentração, Rui Cardoso disse esperar que a greve mostre "que a preocupação é fundada" e frisou que o MP tem de ser "olhado com outra dignidade" e a reforma judiciária não pode esquecer que o MP tem uma "organização própria e é independente do poder judicial", pelo que "não pode ser menorizada em algumas coisas" constantes do anteprojecto.

O representante do sindicato defende ainda estar na altura de o MP passar a ter um "sistema de autonomia financeira" que não deixe os magistrados "numa posição de menoridade face ao poder executivo e ao poder legislativo", considerando que estes poderes não deveriam ter a faculdade de "fixar unilateralmente" as remunerações da magistratura.



INACIO ROSAL/USA



Casa dos Marcos apoia até 5 mil utentes com doenças raras

MOITA A Casa dos Marcos é um projecto da Associação Raríssimas e foi ontem inaugurada na Moita, depois de um investimento de 5,5 milhões de euros. A casa destina-se a apoiar "doentes portadores de patologia rara, as famílias, cuidadores e amigos, através de serviços especializados, segundo a associação. Com 5500 m² de área, tem uma unidade clínica e uma de investigação.

Transporte de doentes. Falta de critérios provoca desperdício

LISBOA O custo do transporte de doentes não urgentes pode atingir 200 euros de diferença em operadores distintos e Lisboa é o distrito onde as discrepâncias são mais altas, concluiu um estudo da associação de defesa do consumidor. A DECO avisa que "não existem critérios legais para o cálculo dos custos de transporte, pelo que cada um inclui as parcelas que entende".

Lisboa. Funcionários do Desporto exigem mais condições

LISBOA Os funcionários municipais de Lisboa do departamento do desporto decidiram entregar na quinta-feira um abaixo-assinado a reclamar melhores condições de trabalho. Segundo Vítor Reis, do Sindicato dos Trabalhadores do Município de Lisboa, os funcionários devem participar na manifestação de hoje, que culminará na Assembleia da República para contestar o OE para 2014.

Viana receberá 30 mil nas comemorações do dia do motociclista

VIANA DO CASTELO As comemorações do Dia Nacional do Motociclista vão realizar-se no próximo ano em Viana do Castelo. Com este evento - que se realiza desde 1997 -, a cidade espera receber mais de 30 mil pessoas. As iniciativas vão decorrer no fim-de-semana de 27 de Abril e serão ao ar livre, devido à dimensão do evento, com motociclistas de todo o país.

90% dos jovens criminosos têm perturbações mentais

PORTUGAL A esmagadora maioria dos jovens que praticam crimes sofre de perturbações mentais, segundo dados de um estudo da Direcção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais e da Universidade de Coimbra. Segundo o estudo, que envolveu uma amostra de 210 jovens num total de cerca de 260 internados em centros educativos, 90% receberam pelo menos um diagnóstico psiquiátrico em que as perturbações do comportamento são as mais frequentes. Nenhum tinha acompanhamento psiquiátrico.



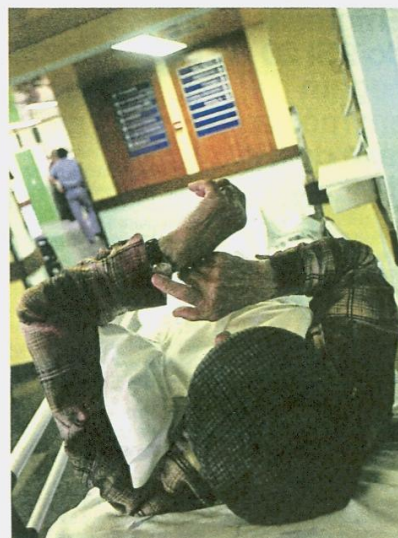
Academia. Entrega de petição adiada por falta de subscritores

COIMBRA A Associação Académica de Coimbra adiou a entrega da petição para um regime de excepção à lei das rendas para as repúblicas, prevista para ontem, não tendo conseguido reunir as 4 mil assinaturas requeridas. A actualização das rendas, possibilitada pela nova lei, já levou ao fecho de uma das repúblicas de estudantes, havendo o receio do Conselho de Repúblicas de que outras possam ter o mesmo caminho.



EPIS atribui bolsas a alunos e escolas que se destacaram

PORTUGAL Os Empresários pela Inclusão Social (EPIS) vão atribuir este ano bolsas sociais, no valor de 38 400 euros, a seis alunos e dez escolas, no âmbito do projecto Escolas de Futuro 2013. Segundo a organização, nos últimos três anos, as bolsas totalizaram mais de 91 mil euros e distinguiram 24 escolas do básico, secundário e profissionais por "boas práticas", tendo os apoios beneficiado 69 alunos.



Lei para tratamentos na Europa é pouco clara RODRIGO CABRITA

Regulador da Saúde quer clarificar proposta de lei de cuidados transfronteiriços

Entidade Reguladora da Saúde considera que carácter da proposta é demasiado genérico

A Entidade Reguladora da Saúde (ERS) critica o carácter demasiado genérico da proposta de lei sobre cuidados transfronteiriços e considera que é preciso uma "clarificação". A ERS questiona ainda a "intenção" por trás de algumas diferenças existentes relativamente ao texto da directiva europeia.

O parecer da ERS sobre a proposta de lei nacional que transpõe a directiva europeia dos cuidados de saúde transfronteiriços considera que o texto deveria esclarecer alguns "aspectos, para que não subsistam dúvidas sobre a forma concreta de execução do quadro legal proposto" e que a proposta apresenta "algumas diferenças sistemáticas das quais não se depreende qual a intenção subjacente".

Um dos exemplos diz respeito à "autorização prévia para o reembolso" dos cuidados de saúde transfronteiriços, uma medida excepcional, mas que a pro-

posta de lei parece querer transformar em norma, o que pode querer dizer que o reembolso fica sujeito a autorização prévia, quando o espírito da directiva comunitária é que "a autorização prévia constitua a excepção e não a regra".

O regulador considera ainda que falta definir quais as entidades a exercer as funções de pontos nacionais de contacto, eventuais medidas de restrição ao acesso dos utentes, medidas de restrição ao direito ao reembolso e cuidados de saúde sujeitos a autorização prévia.

A ERS mostra "preocupações" quanto à forma adoptada na proposta de lei, de repetição do texto da directiva com "conteúdo marcadamente genérico e remetendo para momento ulterior a definição dessas restrições e limitações", e afirma que "pareceria mais adequado" que houvesse uma lista de tratamentos, revista periodicamente, e com a garantia de auscultação de outros intervenientes no sector.

A ERS sublinha que a norma deverá ser mais bem "concretizada e clarificada", para que "não subsistam dúvidas interpretativas". *Lusa*